



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento ao disposto na legislação aplicável e nos estatutos sociais, apresentamos aos Senhores Acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhados da Manifestação do Conselho de Administração e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A eclosão da crise no mercado americano de imóveis, no 2º semestre de 2007, agravou-se ao longo do ano de 2008, com impacto nas principais economias do mundo e até mesmo nas mais fechadas.

Voluntários recursos financeiros públicos foram aportados pelos países mais desenvolvidos do mundo para socorrer grandes empresas, dos mais variados setores, inclusive para instituições financeiras, no sentido de minimizar o desemprego em massa e a perda de poupanças dos investidores.

O Brasil não ficou imune a esse processo. A partir do 4º trimestre de 2008 expressivos montantes de recursos, aplicados por investidores estrangeiros no mercado de ações e no mercado financeiro brasileiro, retornaram às suas origens. Como consequência desta evasão de investidores a Bolsa de Valores de São Paulo registrou continuadas quedas, acumulando perda da ordem de 42,0% no 2º semestre do ano. O mesmo comportamento pautou o mercado financeiro do país, não mostrando receptividade para novos lançamentos de títulos, mesmo com a manutenção de altas taxas de juros básicos.

Esse cenário reduziu os registros de emissões na CVM para oferta pública, de agosto a dezembro, a apenas uma de ações, no valor de R\$ 448 milhões, e a duas de debêntures que somaram R\$ 561 milhões.

Em 2008 foram registradas emissões na CVM que totalizaram R\$ 34,0 bilhões em

ações e R\$ 37,5 bilhões em debêntures, correspondendo à redução de 49,4% e 24,2%, respectivamente, em relação ao ano de 2007.

Diante desse cenário a Companhia não efetuou novas emissões de debêntures em 2008, aguardando a reversão desse quadro para avaliar a oportunidade de retornar ao mercado.

Novos atos regulatórios foram expedidos pelas autoridades do setor e que abrangem a operacionalidade da CADIP, que tempestivamente vem sendo observados, em especial nos aspectos contábeis.

Em 15 de outubro de 2008 ocorreu o vencimento da última amortização mensal das debêntures da 10ª Emissão, tendo a Companhia honrado pontualmente esse compromisso. Da mesma forma cumpriu rigorosamente suas obrigações pertinentes à 11ª Emissão, com vencimento final fixado para 15 de julho de 2009.

A Companhia não recomprou debêntures de sua 11ª Emissão, estando no mercado a totalidade desses títulos, que em 31 de dezembro de 2008 apresentava o saldo de R\$ 41.598.053,25.

As receitas operacionais somaram R\$ 80.299 mil no exercício de 2008, contra R\$ 24.812 mil no exercício anterior, representando uma evolução positiva de 223,6% no período. Vale destacar que aproximadamente 86,0% daquele valor das receitas é representado pelo Resultado da Equivalência Patrimonial da participação na Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 11.797 mil, contra R\$ 10.415 mil no exercício de 2007, representando um crescimento de 13,3% no período. Cerca de 89,6% das despesas correspondem à remuneração atribuída aos debenturistas.

O excelente desempenho operacional da Companhia é expresso pelo Lucro Líquido

obtido no exercício, que alcançou R\$ 68.502 mil, contra R\$ 14.397 mil no exercício de 2007, correspondendo a um crescimento de 375,8% no período.

As contas patrimoniais registraram redução da ordem de 68,1% no Ativo Circulante no exercício de 2008 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2007, refletindo basicamente a utilização de disponibilidades para a amortização e remuneração de debêntures. No Ativo Não Circulante verificou-se o crescimento de 31,3% em 2008 em relação a 2007, resultante da equivalência positiva da participação na CORSAN.

No Passivo Circulante a redução de 57,4% corresponde à amortização de debêntures efetuada no exercício, enquanto que o crescimento de 30,4% no Patrimônio Líquido refletiu o registro do Lucro Líquido do exercício de 2008.

A liquidez financeira da Companhia indica boa capacidade de solvência de seus compromissos junto aos credores.

Cabe ressaltar que a Companhia não está respondendo a contenciosos de ordem trabalhista, fiscal ou qualquer outra.

O quadro de pessoal é integrado por funcionários da administração direta e indireta do Estado, cedidos sem ônus para a Companhia.

Os Auditores Independentes, contratados pela Companhia em 31 de janeiro de 2008, para auditar os exercícios de 2008 e 2009, prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom desempenho das atividades da Companhia no curso do exercício de 2008.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE	46.571	145.940	CIRCULANTE	42.610	100.003
Disponibilidades	33.268	134.524	Debêntures	41.598	98.950
Bancos	53	15.053	Outras Obrigações – Pagamentos a Efetuar	-	141
Aplicações de Liquidez Imediata	33.215	119.471	Impostos e Taxas	1.012	912
Créditos	13.303	11.416	NÃO CIRCULANTE	-	41.359
Outros Créditos	13.303	11.416	Debêntures	-	41.359
Juros s/Capital Próprio	9.294	8.382	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	293.925	225.423
Créditos Tributários	4.009	3.034	Capital Social	291.118	291.118
NÃO CIRCULANTE	289.964	220.845	Reserva de Lucros	2.807	-
Investimentos	289.964	220.845	Prejuízos Acumulados	-	(65.695)
Participações Societárias	289.964	220.845			
TOTAL DO ATIVO	336.535	366.785	TOTAL DO PASSIVO	336.535	366.785

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Consequentemente, a seguinte prática contábil foi modificada em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

• consoante item 51 do Pronunciamento Técnico CPC nº 13 a Companhia não está apresentando a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. Não houve efeito no resultado do exercício e no patrimônio líquido da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

É adotado o regime de competência de exercícios.

b) Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia, descritos nas notas de números 4, 5, e 7, estão representados, substancialmente, na contabilidade pelas aplicações financeiras de liquidez imediata, por créditos e por debêntures, sendo os valores dos mesmos iguais, nos casos aplicáveis, aos de mercado, não sendo evidenciado, até o momento, nenhum risco para a realização destes ativos.

c) Investimentos

O Investimento Permanente é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base o patrimônio líquido da investida levantado na mesma data-base de 31 de dezembro de 2008, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se, preponderantemente, a recursos aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. CRÉDITOS

Representam os créditos tributários referentes ao IRPJ a compensar.

6. INVESTIMENTOS - PERMANENTE

A participação societária está assim demonstrada:

Valor em R\$ mil

Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN (Posição em 31 de dezembro de 2008)		Valor em R\$ mil	
VOLUME TOTAL DE AÇÕES DA INVESTIDA	2008	2007	
Ordinárias	407.318.052	203.659.026	
Preferenciais	203.659.026	203.659.026	
Patrimônio Líquido da Investida	738.172	78.56%	
Volume de Ações da Investida possuídas pela CADIP	160.000.000		
Espécie e Forma	PN		
% de Participação Sobre o Capital Total	39,28%		
% de Participação Sobre o Capital Não Volante	78,56%		
Lucro Líquido do Exercício da Investida	211.966		
Valor Contábil do Investimento:	289.964		
Saldo Inicial	231.200		
Resultado da Equivalência Patrimonial	58.764		

Nota: Demonstrações Contábeis examinadas por outros auditores independentes.

7. DEBÊNTURES

Em 17 de novembro de 2008, na forma do estabelecido na respectiva Escritura de Emissão, a Companhia amortizou a última parcela mensal da 10ª Emissão de debêntures. Assim, permanece no mercado a 11ª emissão de debêntures da Companhia, com vencimento em 15/07/09. A totalidade das debêntures está em poder de investidores. O quadro a seguir informa as principais características da referida emissão, na posição de 31 de dezembro:

Valor em R\$ mil

EMISSÃO	SÉRIE	DATA		VALOR	REMUN.	GARANTIA	PAGTO	SALDO	
		EMISSÃO	VENCTO.					2008	2007
10ª	Única	15/07/06	15/11/08	50.000	104,0% D	Subordinada	Mensal	-	27.608
11ª	Única	15/07/07	15/07/09	130.000	104,0% D	Subordinada	Mensal	41.598	112.701
TOTAL								41.598	140.309

Notas:

1 - Remuneração e Amortização.

2 - Dia 15 de cada mês.

Os saldos das debêntures, informados no quadro anterior, correspondem ao valor a amortizar acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, até 31 de dezembro de 2008.

A emissão não possui cláusula de repactuação de juros, bem como não conta com fundo de liquidez.

As debêntures estão registradas para negociação na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

Os interessados em obter maiores informações sobre as debêntures emitidas podem consultar a respectiva Escritura de Emissão ou Prospecto no site da Companhia: <http://www.cadip.com.br>.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão representadas no Ativo pelas aplicações de liquidez imediata, descritas na nota 4 e pelo investimento em ações descrito na nota 6.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, é de R\$ 291.118 mil, totalmente integralizado, dividido em 68.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva de Lucros a Realizar

Em atendimento ao art. 202 da Lei 6.404/76 e na forma do Estatuto Social da Companhia, foi constituída Reserva de Lucros a Realizar a razão de 25% do lucro líquido ajustado, representando a cifra de R\$ 667.

d) Retenção de Lucros

O saldo remanescente do lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias, foi utilizado para constituição de reserva de retenção de lucros.

10. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995 e, atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

11. CONTENCIOSOS

A Companhia não registra contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui, em 31 de dezembro 2008, base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 23.752 mil (R\$ 23.136 mil em 2007), e, de Prejuízos Fiscais, R\$ 23.752 mil (R\$ 23.136 mil em 2007), sem prazo de prescrição.

Conservadoramente, a Companhia não reconhece o ativo fiscal diferido decorrente de base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 2.138 mil (R\$ 2.082 mil em 2007), e, de Prejuízos Fiscais no valor de R\$ 5.938 mil (R\$ 5.784 mil em 2007), sendo que o seu registro contábil ocorrerá na forma estabelecida pela Deliberação CVM 273/98 e na proporção da geração de lucros tributáveis futuros.

13. SEGUROS

A Companhia não possui bens imóveis e nem móveis suscetíveis de serem segurados.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo.

LEONILDO MIGON

DIRETOR PRESIDENTE

OLAVO CESAR DIAS MEDEIROS

DIRETOR TÉCNICO

CARLOS EDUARDO PROVENZANO

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

PAULO CESAR SANTANA NUNES

CONTADOR

CRC 034346/0-4

CPF 139198490/00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2007
RECEITAS OPERACIONAIS	80.299	24.812
Receitas Financeiras	11.181	10.306
Resultado da Equivalência patrimonial	69.118	14.506
DESPESAS OPERACIONAIS	(11.797)	(10.415)
Despesas Financeiras	(10.565)	(8.233)
Despesas Administrativas	(220)	(581)
Despesas Tributárias	(1.012)	(1.600)
Outras Despesas Operacionais	-	(1)
RESULTADO OPERACIONAL	68.502	14.397
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.502	14.397
Lucro por Ação do Capital Social Final – R\$	1,00739	0,21172

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS, PREJUÍZOS E DESTINAÇÕES	TOTAL
		LEGAL	LUCROS A REALIZAR	RETENÇÃO DE LUCROS		
EM 31 DE DEZEMBRO 2006	291.118	-	-	-	(80.092)	211.026
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	14.397	14.397
EM 31 DE DEZEMBRO 2007	291.118	-	-	-	(65.695)	225.423
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	68.502	68.502
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:						
RESERVA LEGAL	-	140	-	-	(140)	-
RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	-	-	667	-	(667)	-
RETENÇÃO DE LUCROS	-	-	-	2.000	(2.000)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2008	291.118	140	667	2.000	-	293.925

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2008	2007
Resultado do Período	68.502	14.397
Ajustes por:	(69.734)	(11.534)
Equivalência Patrimonial	(69.118)	(14.506)
Despesas de Juros	10.565	8.233
Receitas Financeiras	(11.181)	(5.261)
Resultado Líquido Ajustado	(1.232)	2.863
Variações nos Ativos e Obrigações:	(55.564)	116.571
Obrigações com Debêntures	(57.352)	6.213
Outras Obrigações	(99)	(2.923)
Créditos	1.887	113.281
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(56.796)	119.434
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	8.382	491
Recebimento de Juros sobre o Capital Próprio	8.382	491
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	8.382	491
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	(52.842)	(31.832)
Amortização e Juros sobre Emissão de Debêntures	(52.842)	(31.832)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos	(52.842)	(31.832)
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa:	(101.256)	88.093
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	134.524	46.431
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	33.268	134.524

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2007
Valor Adicionado Recebido em Transferência	80.299	24.812



**CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.**

COMPANHIA ABERTA
CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 - NIRE 43.3.0003451.8
AV. MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e o teor do Parecer dos Auditores Independentes, aprova os referidos documentos julgando-os em condições de sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas

Porto Alegre, 10 de março de 2009.

Ricardo Englert
Flávio Pompermayer
Ricardo Richiniti Hingel
Fernando Guerreiro de Lemos
Ney Michelucci Rodrigues

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social de 2008 e, tendo presente o Parecer dos Auditores Independentes, entendemos estarem os referidos documentos em condições de serem aprovados pelos Senhores Acionistas

Porto Alegre, 11 de março de 2009

Sergio Renato Viegas Medeiros
Fernando Rodrigues
José Luiz Piazza Pfitscher

Aos
Acionistas, Diretores e Conselheiros da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP
Porto Alegre / RS

(1) Examinamos o balanço patrimonial da **CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP**, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi examinada por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que diz respeito ao investimento no valor de R\$ 289.964 mil e do resultado de equivalência patrimonial decorrente desse investimento no valor de R\$ 69.118 mil, está baseada no parecer desses auditores independentes.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, com base em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP**, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(4) O parecer dos auditores independentes Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, referente às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008, contém parágrafo de ênfase sobre os seguintes assuntos: **a)** a Companhia efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 58.416 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis; e **b)** para equacionar o déficit técnico acumulado na Fundação Corsan existente

em 31 de dezembro de 2008, foi proposto elevar em dois anos a idade mínima exigida para a concessão dos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição especial, ao invés de aumentar as contribuições da patrocinadora e participantes, o qual se encontra pendente de aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar.

(5) Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer contendo parágrafo de ênfase sobre o assunto descrito na letra "a" do quarto parágrafo, e sobre a adoção gradual da Tábua de Mortalidade AT-83 exigida pela Resolução CGPC nº 18/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que provocará um aumento de compromisso nos benefícios em decorrência da maior expectativa de vida dos participantes com possíveis reflexos nos resultados futuros da Fundação Corsan e consequentemente no valor das contribuições da Companhia, datado de 29 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

(6) As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 5, tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2009.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671